

ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA BÁRBARA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Junália Anunciação da Cruz Ferreira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Lucymar Freitas dos Santos

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Rita Nogueira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Klayton Santana Porto

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo: Este artigo é resultado de um estudo do Projeto Político Pedagógico realizada na Escola Municipal Santa Barbara, localizado no povoado do Largo Velho, zona rural, município de Iará, Estado da Bahia. O trabalho foi desenvolvido durante o período de estágio realizado pelo Programa Residência Pedagógica com subsídios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O desenvolvimento da pesquisa iniciou-se através da análise do PPP na perspectiva de assegurar e efetivar a educação do campo na escola, tendo como princípio as diretrizes curriculares do campo no contexto escolar, buscando entender de que forma o PPP desta escola está articulados com o propósito de ensino na modalidade de educação do campo, na perspectiva da formação humana e emancipação dos camponeses. Além da análise documental da escola foram trabalhado artigos sobre análise de PPPs de várias escolas, no intuito de proporcionar aos residentes uma reflexão sobre a identidade da escola do campo bem como a compreensão da realidade social dos camponeses estudantes desta escola. Neste sentido a pesquisa foi desenvolvida com análise documental, onde buscou-se observar o funcionamento da escola condiz com observações realizadas em relação ao PPP sendo um pilar norteador das práticas pedagógicas no âmbito escolar que busque atender as especificidades da educação do campo.

Palavras chave: Educação do Campo. Projeto Político Pedagógico. Reflexão

1 Introdução

O presente trabalho busca analisar a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) para a escola do campo, evidenciado a organização da comunidade escolar e das práticas de ensino.

A análise está sendo feita sobre o PPP da Escola Municipal Santa Bárbara. Neste sentido, buscaremos refletir como a escola está inserida na comunidade e o papel da construção e efetivação do PPP na organização e funcionamento dessa escola, bem como sua importância para a comunidade. A Escola Municipal Santa Bárbara, localizada na comunidade do Largo Velho, Iará-BA, trabalha com ensino nos anos iniciais e finais do fundamental atualmente possui 857 alunos, é uma escola situada no campo e que desenvolve

algumas práticas educativas voltadas ao campo, como horta comunitária, para ajudar na manutenção da própria escola, e realiza festejos tradicionais como são Joao

Contudo, uma série de fatores deve ser revista, pensada quais influências positivas estas devem trazer à escola e comunidade interna e externa, na criação do PPP. Mas, afinal, o que é PPP?

Essa realidade traz novos desafios aos sistemas escolares, porque exige uma nova organização capaz de levar à compreensão dos aspectos que envolvem a educação na diversidade. Além disso, o acesso aos alunos com necessidades educacionais especiais, nas escolas comuns, requer, algumas vezes, procedimentos diferenciados de ensino e de ações que possibilitem a consolidação de práticas educacionais voltadas para a especificidade de cada um, visando a um ensino e a uma aprendizagem que considere e respeite as diferenças individuais, biológicas, sociais, econômicas, raciais, culturais ou de qualquer ordem (OLIVEIRA; LEITE, 2007

De acordo com os autores quando eles dizem que “Para tanto, para a elaboração de um PPP, é necessário conhecer a realidade do aluno e sua história de vida, além do contexto socioeconômico que envolve o ambiente escolar. Dessa forma a equipe articuladora deve buscar alternativas que possam incluir todos os alunos da escola considerando que este instrumento (o PPP) vai orientar todas as ações em âmbito escolar (SCHULTZ *et al* (2015)

Torna-se necessário conhecer para quem se destina o conteúdo presente neste documento, quem são os sujeitos a qual seguirão essas demandas, é preciso pensar quem são, de onde são e para onde querem chegar, quais metodologias a serem traçadas para alcançar esses objetivos.

Este não pode ser apenas um documento administrativo ou conjunto de regras que rege apenas o funcionamento da escola, este deve apresentar elementos norteadores das práticas de ensino, bem como zelar pela eficiência do ensino, a fim de atender as demandas da comunidade escolar e não escolar. Deve apresentar significado reflexivo por conter em sua autoria a participação da comunidade.

Para Veiga (2002) o Projeto Político Pedagógico deve ser algo completo, porém não fechado, este deve estar sempre aberto a mudanças estruturais. Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é

construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2002)

Para a elaboração de um PPP, é necessário conhecer a realidade do aluno e sua história de vida, além do contexto socioeconômico que envolve o ambiente escolar, deve respeitar os valores, valorizar a cultura dos sujeitos e conhecimento adquirido pelo aluno em outros espaços de formação. Para tanto, é fundamental que a equipe articuladora para construção do PPP seja do corpo da escola e da própria comunidade, além buscar alternativas que possam incluir os alunos na construção do documento. Deste modo, a construção será um trabalho coletivo, considerando que este instrumento (PPP) deve referenciar todas as ações no âmbito escolar.

Cabe ao gestor escolar como líder, como educador da coletividade de maneira eficiente e prática, envolver todos os segmentos; professores, alunos, pais, funcionários, comunidade, influenciando-os e ajudando-os positivamente para participarem, protagonizarem as mudanças e transformações que se fizeram necessárias para que a escola cresça e seja eficaz conquistado uma educação pública de qualidade para todos (PARO, 1992)

Neste sentido o PPP de uma escola visa não só um horizonte de ideias mas sim a qualidade no ensino, a eficiência na aprendizagem construído a partir da necessidade da comunidade atendendo as demandas da escola nas suas especificidades, para tanto a participação coletiva torna-se fundamental para o desenvolvimento do sonhado ensino público de qualidade

É preciso entender o projeto-político-pedagógico da escola como um situar-se num horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção que se deriva de respostas a um feixe de indagações tais como: que educação se quer e que tipo de cidadania se deseja, para que projeto de sociedade? A direção se fará ao entender e propor uma organização que se funda no entendimento compartilhado dos professores, dos alunos e demais interessados em educação. (ROMÃO; GADOTTI, 1994, p. 42)

O PPP e a organização escolar têm sido objetos de estudo bastante discutidos na área da educação. Pois ao construir o PPP deve se pensar em educação para formação humana, cidadã, para construir sociedade que vise novos horizontes, em que em seu cotidiano almeje possibilidades concretas com experiências satisfatórias para estudantes e professores. O PPP tem-se constituído como “objeto de estudo para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino. (VEIGA 2013)

Para demarcar as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, a Educação Básica do Campo, foi publicada a Resolução CNE/CEB Nº 01 de 03 de abril de 2002, um feito histórico para a educação brasileira, pois esta busca atender a pluralidade em sua singularidade, adequando os PPPs à essa Resolução. É um meio de atender as especificidades dos sujeitos do campo, pois buscando atender esses princípios, adequando a escrita dos PPPs a esta determinação, alcançará não apenas um melhor desempenho acadêmico dos alunos mas também uma melhor gestão escolar, prezando pela qualidade do ensino e aprendizagem.

Para Veiga (1998, p. 67) “[...] o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas”. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Todo projeto político pedagógico, essencialmente, deve apresentar os aspectos pelos quais é denominado. Deve possuir argumentos que facilitem a compreensão de projeto, pela sua organização e por apresentar expectativas, político por estar comprometido com o desenvolvimento da sociedade e pedagógico por visar ao processo educar.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. "A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (SAVIANI 1983, p. 93)

Desde modo um projeto político pedagógico que atenda às necessidades deve ser construído coletivamente, com comunidade externa e interna, visando a melhoria do PPP da ‘Escola Municipal Santa Bárbara, e adequar-se a educação do campo como uma educação diferenciada é o que o mesmo encontra-se em revisão, sendo construído coletivamente, alcançando resultados positivos nos índices de ensino como já tem acontecido, como a redução de reprovação, sobretudo, nas séries iniciais. Deste modo este tem como objetivo permitir os residentes uma análise crítico reflexiva acerca da construção do projeto político pedagógica da escola, estudar a identidade da escola do campo bem como a compreensão da importância das práticas pedagógicas no ambiente escolar. Para tanto este está dividido em

seção para organização da mesma em introdução, metodologia, análise das leituras desenvolvidas, coleta de dados e considerações finais.

2 Metodologia

Para desenvolvimento desta pesquisa, iniciamos com a leitura do documento da Escola, o Projeto Político Pedagógico já existente, buscando entender de que forma o PPP está articulado com o propósito de ensino na especificidade de educação do campo. Utilizamos a pesquisa de análise documental pois através desta podemos enriquecer a pesquisa explorando dados complementares a qual não estão disponíveis nos diversos modos de pesquisa, ou obter informações que não esteja presente como por ex. numa roda de conversas ou em reunião pedagógica. São considerados documentos "quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano" (Phillips, 1974, p. 187) deste modo a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens, não apenas pela riqueza de conteúdo mas por apresentar fatores que viabilize a utilização da mesma como: Baixo custo, permite acesso a informações quando não há contato direto com o participante.

Guba e Lincoln (1981) apresentam uma série de vantagens para o uso de documentos na pesquisa ou na avaliação educacional. Em primeiro lugar destacam o fato de que os documentos constituem uma fonte estável e rica. Persistindo ao longo do tempo, os documentos podem ser consultados várias vezes e inclusive servir de base a diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos.

A utilização do documento em pesquisa proporciona ao pesquisador acrescentar a dimensão do tempo, percebendo a riqueza presente no material estudado, na compreensão do social. A pesquisa com análise documental incrementa o entendimento de objetos em que a compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural, racial, sociopolítica. Segundo Figueiredo (2007), é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, às vezes, tão incompleto, parcial ou impreciso.

Em busca de elementos que valorizem a educação do campo e seus princípios, pensando a educação com suas especificidades para atender as singularidades, é que é proposto, por meio do Programa Residência Pedagógica, na perspectiva de formação de

professores, a realização da análise crítico-reflexiva sobre o PPP da escola, pelo qual serão desenvolvidas as práticas docentes.

O documento foi estudado em encontros formativos, por residentes, preceptora e orientador, divididos em grupo de estudos. Esses encontros têm acontecido uma vez por semana, no município de Iará-BA, tendo início no mês de agosto de 2018. As análises e estudos sobre o PPP duraram cerca de cinco meses. Nestes encontros, estudos foram desenvolvidos, como também análises de teóricos para as referências e fichamento de suas obras e análise crítica do PPP. O estudo consistiu em realizar um aprofundamento nas releituras das obras, desenvolvido como estudos sobre metodologia de pesquisa, este período de formação através da residência foi visitado a escola para conhecer sua rotina, seu funcionamento e conhecer, conseqüentemente, a realidade local.

Portanto, manter e zelar o documento, mesmo sem os devidos padrões de qualidade, pobre ou rico em informações, é crucial para o desenvolvimento de pesquisas, pois em alguns casos geralmente são as únicas fontes de pesquisa que podem esclarecer sobre uma determinada situação. Logo, ao analisar o PPP, é possível perceber viés sociocultural do autor e daqueles a quem foi destinado.

3. Análise das Leituras e dados coletados

Através da análise do PPP da Escola Municipal Santa Bárbara foram encontradas respostas e indagações em relação à identidade da escola de campo, pois neste documento, deveriam estar estabelecidos os conteúdos, as metodologias, as avaliações a serem desenvolvidas na escola na perspectiva da educação do campo, voltada para atender as demandas dos estudantes da educação do campo, tendo como base a formação humana, a construção da cidadania do campo, os princípios da educação do campo disposto no BRASIL, 2010 desde modo a compreensão de campo é para além da base de produção, é território, cultura, produção da vida, onde se dá as relações entre homem e a natureza.

Após a análise dos documentos descritos anteriormente, refletiu-se sobre a parte pedagógica da comunidade escolar, no intuito de permitir o levantamento de dados que possibilitem a reflexão sobre a identidade da escola de campo. Ao analisar o PPP, percebeu-se a necessidade de reestruturação do mesmo, no sentido de fundamentação teórica, discussão dos princípios da educação do campo, e adequação do PPP à realidade local.

Tomando como premissa de que a construção da educação do campo para se constituir em um processo democrático requer uma ação articulada Estado e sociedade civil, no sentido de que sejam viabilizadas as condições políticas para que as decisões tomadas coletivamente sejam consideradas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/ 96 aborda a questão da democratização da educação, ao tratar da gestão democrática, do pacto entre as instâncias federativas, entre outros aspectos. (BRASIL1996)

Outro ponto que fora analisado é que o PPP já existente está bem elaborado, que as ações propostas são viáveis, que já são alcançados alguns objetivos, porém este aspecto não atende especificamente à educação do campo, que é o foco deste trabalho. O currículo jamais poderá deixar de lado o contexto social, já que ele é historicamente situado e culturalmente determinado.

Como resultado de diálogo na própria Escola, verificou-se que o PPP fora elaborado pelos segmentos da comunidade escolar, após reuniões e discussões coletivas. Entretanto, não fora ressaltado o aspecto peculiar de ser a Escola do campo, buscando integrar no PPP esta importante condição e, conseqüentemente, necessárias ações visando à melhoria dos alunos, filhos de camponeses e da Escola como um todo.

Para Caldart (2009) A Educação do campo tem se centrado na escola e luta para que concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo.

Neste sentido à escola, bem como o projeto político pedagógico deve permitir aos segmentos da comunidade escolar (gestão, professores, alunos, pais e comunidade em geral) direcionamento para fim a qual se destina Projeto Político Pedagógico, que através da Proposta Pedagógica possibilitará ações voltadas a esse propósito de pertencimento à educação do campo.

[...]reconhecimento da escola de campo inicia-se na estruturação de seu projeto político pedagógico, ou seja, um projeto que vise melhorias e mudanças de uma realidade. Para que seja possível uma mudança é necessário repensar a realidade da escola e perceber o que se deseja alcança (BORCK, 2014, p. 54)

Entendo que uma das características constitutivas da Educação do campo é a de se mover desde o início sobre um ‘fio de navalha’, que somente se consegue compreender pela análise das contradições reais em que está envolvida e que, nunca é demais repetir, não são as contradições do território estrito da pedagogia, mas da luta de classes, particularmente de

como se desenvolve hoje no campo brasileiro, em todas as dimensões de sua realidade (CALDART, 2009)

As ações de educação do campo propõem a participação dos estudantes e comunidades como uma estratégia fundamental para o aprimoramento da mesma. A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital. (CALDART, 2009)

A Própria LDB - Lei nº9.396/96 (BRASIL 1996) assegura o direito da escola em reelaborar o seu PPP, no que diz respeito aos princípios do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, garantindo a participação efetiva da comunidade escolar, configurando-se como um processo de ação-reflexão-ação, ou seja, propiciando aos segmentos escolares o conhecimento e a avaliação dos serviços ofertados.

Neste sentido Kolling (2002, p.18) afirma que é necessário e possível, portanto, se contrapor à lógica de que a escola do campo é escola pobre, ignorada e marginalizada, numa realidade de milhões de camponeses analfabetos e de crianças e jovens condenados a um círculo vicioso: sair do campo para continuar a estudar e estudar para sair do campo. Reafirmamos que é preciso estudar para viver no campo.

4. Considerações finais

O PPP está relacionado com a organização pedagógica e as ações da Unidade Escolar pois este documento deve estar projetadas suas metas, princípios, e objetivos pois ele oferece caminhos indispensáveis ao trabalho pedagógico e apresentando assim, acima de tudo, a identidade da Escola e de seu entorno.

A não inserção dos aspectos peculiares à educação do campo no PPP da Escola Santa Bárbara talvez seja porque os sujeitos da referida comunidade não tenham acesso a tal conhecimento, pois falta a eles uma formação política que promova o envolvimento direto nas relações sociais, tornando-se capazes de intervir.

A educação do campo apresenta uma forte vinculação com os movimentos sociais, os quais têm uma forte inserção em lutas sociais, principalmente a luta pela terra e cria um

movimento de articulação em prol da Educação do campo e tem como objetivo a ampliação de espaços políticos e também a busca de reconhecimento de novas identidades e grupos sociais no interior dos diversos sistemas políticos. Percebe-se que não se faz representar no PPP estudado.

É preciso o engajamento na rotina da Escola e urge definir uma proposta pedagógica comprometida com a formação da classe trabalhadora e que assegure a escola como local privilegiado de ensino e aprendizagem.

A fim de modificar a qualidade do trabalho pedagógico, faz-se necessário que a escola reformule seu tempo já estabelecido, proporcionando momentos de estudo e reflexão envolvendo os educadores, na tentativa de assegurar que a escola é possuidora de uma instância de educação continuada.

Foi informado pela comunidade escolar que o PPP encontra-se em revisão para a reestruturação, buscando atender as demandas da educação como princípio formativo. Fato que se considera como positivo, tendo em vista que a hora é esta. É o momento de fazer as alterações devidas para ser capaz de atender as demandas do campo e poderá se seguir rumo à concretização de uma educação democrática e à luz da emancipação política e humana.

Referências

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB no 01 de 03 de abril de 2002. Ministérios da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Projeto Político- Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. Campinas. São Paulo: Papirus, 1995

BORCK I , Análise do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte

BEZERRA. L.C.S **A análise do projeto político pedagógico como instrumento de reflexão da escola como comunidade em cursos de formação de professores** Pesquisas em Discurso Pedagógico 2015.1. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24803/24803.PDF>, acesso em 18/01/2019.

CALDART, S.R. A Escola do Campo em Movimento, Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003

CALDART, S.R. **Elementos para construção do projeto político pedagógico da educação do campo.** Trabalho necessário, artigo, p. 1-16. 2008

CASTRO,H..V **singularidades na pluralidade: a escola do campo nas políticas públicas,** Entrelaçando -Revista Eletrônica de Culturas e Educação Caderno temático: Cultura e

Educação do Campo N. 3 p. 16 - 31, Ano 2 Nov/2011.

GUEDES, J. SILVA A. GARCIA L. Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. Métodos de Coleta de dados: Observação, entrevista e análise documental

RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002, Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192 acesso em 18/01/2019

SOUZA, M. A. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. Ed. Soc., Campinas, Vol. 29, n. 105, p. 1089- 1111, set./dez./2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 21/03/2019

VEIGA, I. P. A. (Org). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. 3.ed. Campinas: Papirus Editora, 1995.

SCHULTZ, D. SILVA J, TURIBIO J.M, HALILA N. F. K. HAURESKO C. O Projeto Político Pedagógico na escola: análise dos PPP do colégio estadual padre chagas e colégio estadual do campo da palmeirinha, pelo PIBID- geografia.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S):

Junália Anunciação da Cruz Ferreira

Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB. Bolsista do Programa Residência Pedagógica. E-mail: junalyacruz@gmail.com

Lucymar Freitas dos Santos

Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Matemática pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB. Bolsista do Programa Residência Pedagógica. E-mail: lucymarfreitas19@gmail.com

Rita Nogueira

Licenciada em Ciências Biológicas pela Faculdade de Tecnologia e Ciências. Preceptora do Programa Residência Pedagógica - CAPES. Email: nogueiraritanogueira@hotmail.com

Klayton Santana Porto

Doutor e mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia. Docente e orientador do Programa Residência Pedagógica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitações Ciências da Natureza e Matemática da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: klaytonledoc@gmail.com